



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2013

EDITAL

PREÂMBULO

A **UNIÃO**, por intermédio do **Departamento de Polícia Federal**, através do Ordenador de Despesas, com a competência que lhe confere a Portaria nº. 3364/2013-DG/DPF, de 25 de março de 2013, publicada no BS 080 de 26 de abril de 2013, torna público que realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços, do tipo menor preço unitário por item**, conforme descrito neste edital e seus anexos, por meio do sítio www.comprasnet.gov.br. Esta licitação, autorizada pelo Processo nº. 08200.013009/2013-69, será regida pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 (Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns), pelos Decretos nº. 5.450, de 31 de maio de 2005 (Regulamenta o Pregão, na forma eletrônica), 6.204 de 05 de setembro de 2007 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as MEs, e EPPs) e 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços), pela Lei Complementar nº. 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP), Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens); IN 02/2009-SLTI (Estabelece a obrigatoriedade de apresentação de Declaração de Elaboração Independente de proposta em procedimentos licitatórios); Medida Provisória nº 495/2010 (altera as Leis nº 8.666/1993, 8.958/1994 e 10.973/2004 e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273/2006) e pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 (Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos), bem como pela legislação pertinente, na forma que segue:

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DIA: 28/11/2013

HORÁRIO: 09 HORAS (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

SEÇÃO I - DO OBJETO

1. O objeto desta licitação é o registro de preços para eventual aquisição de suprimentos de informática (cartuchos e toners), visando atender às necessidades das Unidades Centralizadas do Departamento de Polícia Federal, sem autonomia financeira, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.
 - 1.1. Os materiais licitados serão aceitos das marcas referência, ou equivalente com o mesmo padrão de qualidade. Marcas diferentes deverão ser acompanhadas de laudo ou atestado, expedido por Instituto ou Órgão idôneo, demonstrando o desempenho, a qualidade e a produtividade com as marcas citadas como referência. Os cartuchos e/ou toners deverão ser novos, não sendo admitidos os reconicionados, remanufaturados em nenhuma hipótese.
 - 1.2. Para o item 61 (toner para impressora samsung SCX 5835) somente será aceito toner original da fabricante da impressora, haja vista que os equipamentos encontram-se no período de garantia.
2. A licitação será subdivida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
3. **O critério de julgamento adotado será o menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
4. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 4.1.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 4.1.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 4.1.3. ANEXO III . Minuta de Contrato
 - 4.1.4. ANEXO IV . Modelo de Proposta

SEÇÃO II - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

5. O órgão gerenciador será a Coordenação de Administração do Departamento de Polícia Federal . COAD/DLOG/DPF . UASG 200334



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

6. Encerrada a Intenção de Registro de Preços, não houve Órgãos interessados na Participação.
7. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892 de 2013, especificamente no artigo 22, e na Lei nº 8.666, de 1993.
8. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado pelo Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
9. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
10. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
11. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.
12. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 7.892, de 2013.

SEÇÃO III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

13. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico, em situação regular, por meio do Portal Comprasnet, para participação de Pregão Eletrônico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

14. **Com exceção do item 61**, para todos os demais itens somente poderão participar microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e Equiparados (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07 e pessoa física ou empresário individual enquadrados nas situações previstas no art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/06).

14.1. Para o item 61 poderão participar quaisquer empresas.

15. Para os itens exclusivos, considera-se a condição de ME/EPP/COOP como condição de participação na licitação, cabendo ao Pregoeiro proceder às verificações necessárias na fase de habilitação.

16. O licitante que se enquadre como ME/EPP/COOP ou Equiparado deverá declarar em campo próprio do sistema que cumpre os requisitos legais para a qualificação como ME/EPP ou equiparados, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar.

17. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

17.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

17.2. Em dissolução ou em liquidação;

17.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei n.º 8.666, de 1993;

17.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;

17.5. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei n.º 9.605, de 1998;

17.6. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

17.7. Que apresentem restrições nos seguintes cadastros:

17.7.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas . CEIS;

17.7.2. Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos . CADICON;

17.7.3. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores . SICAF; e

17.7.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, do Conselho Nacional de Justiça;

17.8. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

17.9. Estrangeiras que não funcionem no País;

17.10. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

18. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

SEÇÃO IV - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

19. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal Comprasnet, conforme procedimento da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010.

20. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão eletrônico.

21. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

22. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
23. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
24. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO V É DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

25. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subseqüente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da data de divulgação do Edital no Comprasnet até a data e horário da abertura da sessão pública.
26. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
27. Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:
 - 27.1. que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;
 - 27.2. que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;
 - 27.3. que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002.
 - 27.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

28. O licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e a cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), deverão declarar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 28.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá declarar sua condição de ME/EPP no sistema Comprasnet.
- 28.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.
29. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos relativos a:
- 29.1. Valor unitário do item, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência.
- 29.1.1. No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.
- 29.2. Indicação da marca e fabricante;
- 29.3. Descrição detalhada do objeto ofertado, contendo as seguintes informações:
- 29.4. Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;
- 29.5. Prazo de garantia do produto, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

- 29.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.
30. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

SEÇÃO VI - DA ABERTURA DA SESSÃO

31. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.
- 31.1. No decorrer da sessão pública, caso o sistema seja desconectado para o Pregoeiro, mas permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 31.2. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

SEÇÃO VII - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

32. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 32.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
33. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
34. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.
35. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

36. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

SEÇÃO VIII - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

37. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

37.1. O lance deverá ser **ofertado pelo valor UNITÁRIO do item**, ratificando que o critério de julgamento será o menor preço por item.

38. O licitante será imediatamente informado do recebimento de seu lance no sistema e do valor consignado no registro.

39. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos.

39.1. Os lances enviados pelo mesmo licitante com intervalo inferior a 20 (vinte) segundos serão descartados automaticamente pelo sistema, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03, de 16 de dezembro de 2011.

40. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.

41. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

42. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

43. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

44. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

45. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

46. Encerrada a etapa de lances, para o item em que não houver participação exclusiva de ME/EPP/COOP, mas empresas assim consideradas participarem, será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.
- 46.1. O Sistema de Pregão Eletrônico identificará em coluna própria as ME/EPP e COOP participantes, fazendo comparação entre os valores do licitante com menor preço e das demais ME/EPP/COOP na ordem de classificação, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.
- 46.2. Nessas condições, as propostas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 46.3. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.
- 46.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, na faixa dos 5% (cinco por cento) de diferença para a primeira colocada, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate, conforme subitem acima.
- 46.5. Havendo êxito neste procedimento, o Sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.
- 46.6. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

47. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

47.1. produzidos no País;

47.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

47.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

48. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

49. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

49.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

50. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

SEÇÃO IX É DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

51. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção Despesas . Gastos Diretos do Governo . Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)+, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

- 51.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 51.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.
52. Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 53. Os preços não poderão ultrapassar o valor unitário máximo de cada item definido no Termo de Referência, sob pena de desclassificação.**
54. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que envie imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
55. O pregoeiro, a qualquer tempo da licitação, **poderá** solicitar **AMOSTRA de quaisquer materiais** para dirimir dúvidas, mediante a análise do material solicitado, caso em que a licitante primeira classificada para cada item, a critério da Pregoeira, deverá apresentar no prazo máximo de 08 (oito) dias consecutivos, **02 (duas) unidades de amostra do toner/cartucho**, contado da data da sessão pública virtual, desde que não haja comunicação do Pregoeiro de data diversa, AMOSTRA (S) DE QUALQUER DOS ITENS OBJETO DESTES CERTAME, para verificar se estes atendem às especificações contidas no Anexo I (TERMO DE REFERENCIA) e aos requisitos de qualidade previstos neste Edital e nas normas técnicas de qualidade. A empresa que não apresentar a(s) amostra(s) e/ou maiores informações dentro do prazo solicitado poderá ser desclassificada para o lote e/ou item.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

- 55.1. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 55.2. Caso ocorra algum problema no envio da amostra solicitada, o licitante deverá comunicar ao Pregoeiro, que irá verificar a situação.
- 55.3. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.
- 55.4. As amostras aprovadas permanecerão em poder do Setor de Almoxarifado (SEAL/DMAT/COAD) para confrontação quando da entrega dos materiais entregues definitivamente.
- 55.5. As amostras reprovadas deverão ser retiradas em até 08 (oito) dias úteis, após a divulgação do resultado da licitação;
- 55.6. A não retirada da amostra no prazo fixado acima será presumida como renúncia do licitante ao objeto, que poderá ser doado ou descartado pelo SEAL/DMAT/COAD, sem gerar ao licitante direito à indenização.
- 55.7. A(s) amostra(s) solicitada(s) deverá(ão) ser encaminhada(s), sem ônus para a Coordenação de Administração, e entregues no Setor de Almoxarifado . SEAL/DMAT/COAD/DLOG/DPF, localizado no Setor Policial Sul, Quadra 7, Lote 23, Brasília-DF, , devidamente identificados com o nome da empresa licitante, número do item, bem como da licitação a que se refere.
- 55.8. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 55.9. As amostras serão submetidas à análise e testes, a serem realizados pela área técnica, visando à avaliação dos requisitos de qualidade e a sua compatibilidade com os equipamentos;
- 55.10. Os testes aos quais serão submetidas as amostras dar-se-ão da seguinte forma:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

- 55.10.1. **Serão fornecidas 2 (duas) unidades de amostra do Toner** fornecidas serão testadas em 2 (duas) impressoras distintas cada, sendo impressas 50 (cinquenta) páginas por impressora;
- 55.10.2. Do total de 200 (duzentas) páginas impressas, apenas 10 (dez), ou seja, 5% (cinco por cento), poderão apresentar desvios;
- 55.10.3. Serão considerados desvios: falhas de impressão, borrão, manchas, caracteres apagados, riscos de impressão e vazamento, lacres violados, junções de acabamento danificados, rachaduras e adulterações de numeração de referência;
- 55.10.4. No caso de fornecimento de suprimento não original, a qualidade mínima admitida será a mesma apresentada em impressão, na mesma impressora, utilizando-se um cartucho original.
- 55.10.5. Os testes de conformidade das amostras encaminhadas poderão ser acompanhados por representante da empresa. A data e o horário dos testes serão informados à empresa, pelo setor responsável, **com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas úteis de sua realização;**
- 55.10.6. A análise e os testes necessários serão finalizados **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento das amostras**, após os quais, se verificada a conformidade do material, será dada continuidade à aquisição;
- 55.10.7. Caso as amostras sejam reprovadas, a empresa licitante deverá recolher os cartuchos toners enviados ao Serviço de Almoxarifado no prazo de (15) quinze dias consecutivos, após esse prazo os itens reprovados serão descartados;
- 55.11. O ônus do envio das amostras e de sua retirada do Serviço de Almoxarifado, caso ocorra reprovação - ônus relativo aos custos dos cartuchos utilizados nos testes e aos custos do transporte - será de total responsabilidade da licitante;
- 55.12. A aceitação da proposta comercial e a análise da condição habilitatória ficarão condicionadas à aprovação das características qualitativa e de compatibilidade da amostra fornecida.
- 55.13. Será considerada aprovada a amostra que atender aos seguintes critérios:
- 55.13.1. Atendam às especificações contidas no Edital e Termo de Referência;
- 55.13.2. Possuam requisitos de qualidade previstos neste Edital e nas normas técnicas de qualidade.
- 55.14. Será rejeitada a amostra que:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

- 55.14.1. apresentar problemas de funcionamento durante a análise técnica;
- 55.14.2. apresentar divergência em relação às especificações técnicas da proposta;
- 55.15. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.
- 55.16. A apresentação de laudos técnicos, emitidos por laboratório/entidade/instituto especializado, de reconhecida idoneidade e competência, pertencente a órgão da Administração Pública ou por ele credenciado, com acreditação do INMETRO, vinculado à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE), com escopo de acreditação na norma ABNT/NBR, poderá substituir o envio de amostras, desde que os ensaios comprovados no laudo atestem a situação da similaridade do produto com relação ao original em termos de bom funcionamento, qualidade, desempenho, consumo de toner e rendimento.
56. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no ~~what~~ a nova data e horário para a continuidade da mesma.
57. Não será aceita proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não entregá-la no prazo estabelecido.
58. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
 - 58.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
59. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
60. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.



GOVERNO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO X É DA HABILITAÇÃO

61. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação que não tiverem sido previamente encaminhados por meio do sistema eletrônico.
62. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas . CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - d) Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos . CADICON, disponível em www.tcu.gov.br.
- 62.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 62.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
63. Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens de participação exclusiva para ME/EPP/COOP, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.

63.1. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

64. Não ocorrendo inabilitação, o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar deverá comprovar, no prazo máximo de **01 (uma) hora**, a contar da solicitação no sistema eletrônico, sua condição de habilitação, por meio do fax número (61) 2024-8116 ou do e-mail cpl.coad@dpf.gov.br, com posterior encaminhamento do documento pertinente por via postal ou similar no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**.

64.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

65. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

65.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

b.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

d. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio . DNRC;

e. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

65.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

d. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

e. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

f. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

g. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

65.2.1. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

65.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.3. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

b.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

b.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta on line, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.6. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (por cento) do valor total do item pertinente.

65.4. Relativos à Qualificação Técnica:

a. Será exigido dos fornecedores e cartuchos e/ou toners similares, quando vencedores da licitação, a apresentação de laudo atestando a qualidade de similar ao produto de referência, a conformação com normas da ABNT aplicáveis, e a ausência de indícios de remanufatura, recondicionamento e recarga.

66. A comprovação dos requisitos de habilitação será exigida do licitante de acordo com o vulto e a complexidade de cada item.

67. O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.

67.1. A verificação se dará mediante consulta on line, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

- 67.2. Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será advertido a encaminhar, no prazo de 1 (uma hora), documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e das cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
- 67.3. O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.
68. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
- 68.1. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
69. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.
70. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
71. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no ~~what~~ a nova data e horário para a continuidade da mesma.
72. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
73. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

- 73.1. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 73.1.1. Como condição para o deferimento do prazo de regularização, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.
- 73.1.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a negativa do prazo de regularização e consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.
- 73.2. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.
- 73.3. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.
- 73.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
74. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

SEÇÃO XI É DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

75. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 1 (uma) hora, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.
- 75.1. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 75.2. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
76. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
77. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
78. A proposta deverá observar o valor máximo estimado para contratação para cada item, conforme o Termo de Referência.

SEÇÃO XII - DOS RECURSOS

79. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 79.1. O Pregoeiro assegurará tempo mínimo de 30 (trinta) minutos para que o licitante manifeste motivadamente sua intenção de recorrer.
80. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

81. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
- 81.1. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.
82. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
83. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

SEÇÃO XIII É DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

84. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
85. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

SEÇÃO XIV É DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

86. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.
- 86.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.
87. No momento da assinatura da Ata, a Administração verificará se o licitante mantém as mesmas condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência da Ata.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

88. Constatada a irregularidade no SICAF, ou quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o Departamento de Polícia Federal poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços, o Contrato, ou retirar o instrumento equivalente.
89. Conforme disposto no art. 11, § 2.º, do Decreto 7.892/2013, serão registrados na Ata de Registro de Preços, nesta ordem:
- 89.1. Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva;
- 89.2. Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens em valor igual ao do licitante mais bem classificado.
90. Havendo mais de um licitante na situação de que trata o item anterior, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

SEÇÃO XV É DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

91. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

SEÇÃO XVI É DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA

92. A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 7.892, de 2013, conforme previsto na Minuta de Ata anexa ao Edital.

SEÇÃO XVII É DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

93. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 7.892, de 2013.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

- 93.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.
94. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 7.892, de 2013).
95. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
96. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.
97. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta *on line* ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como emitirá a Certidão de Débitos Trabalhistas e consultará o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
98. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
99. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.
100. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
101. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

SEÇÃO XVIII É DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

102. Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente.
103. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

SEÇÃO XIX É DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

104. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

SEÇÃO XX É DO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

105. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

SEÇÃO XXI É DO PAGAMENTO

110. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas pelo Fiscal a ser designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa contratada.
111. O pagamento somente será efetuado após o ~~at~~atesto+, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.
- 111.1. O ~~at~~atesto+ fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
112. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

113. Nenhum pagamento será efetuado à Empresa enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de aplicação de penalidade ou em decorrência de inadimplência.
114. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
115. A nota fiscal ou fatura discriminativa deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, constatada através de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Em não sendo possível essa consulta, por impossibilidade de acesso ao sistema, poderá haver a comprovação mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/1993.
116. Ainda antes de cada pagamento, serão consultados o CADIN e o sítio do Tribunal Superior do Trabalho, para emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
117. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
 - 117.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação à suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6.º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
118. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
119. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

120. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
121. As faturas contendo incorreções serão devolvidas à Empresa, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações.
122. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Empresa, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos art. 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.
123. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

SEÇÃO XXII É DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

124. Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

SEÇÃO XXIII É DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

125. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- 125.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;
 - 125.2. Apresentar documentação falsa;
 - 125.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 125.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
 - 125.5. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 125.6. Cometer fraude fiscal;
 - 125.7. Fizer declaração falsa;
 - 125.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.
126. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 126.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 126.2. Multa:
 - 126.3. Moratória de até 0,2% (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 126.4. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

- 126.5. Suspensão de licitar e de contratar com o Departamento de Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos;
- 126.5.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011-DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011-DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1.ª Câmara do TCU.
- 126.6. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 126.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que publicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
127. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
128. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas nos subitens anteriores, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 128.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 128.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 128.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
129. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

130. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

131. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

131.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

132. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

133. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

133.1. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela Contratante.

SEÇÃO XXIV - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

134. A empresa CONTRATADA deverá observar o disposto no art. 6.º da IN n.º 01/2010-SLTI/MPOG referente à sustentabilidade ambiental.

135. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pelo DPF ao órgão de fiscalização do Município, Estado ou da União.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

SEÇÃO XXV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

136. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, na forma eletrônica, ou mediante o encaminhamento de petição por escrito ao Pregoeiro.
- 136.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 136.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.
137. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do email **cpl.coad@dpf.gov.br**.
- 137.1. O pedido de esclarecimentos será respondido em até vinte e quatro horas.
138. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
139. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
140. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
141. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

142. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
143. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
144. A autoridade competente, para a aprovação do procedimento licitatório, poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
145. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
146. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
147. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
148. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
149. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

150. Em caso de divergência entre a descrição do item constante do CATMAT (Comprasnet) e o Termo de Referência, prevalece a descrição do Termo de Referência.
151. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço SAUS Lote 06, Qd. 09/10, 1.º andar, Sala 110, Edifício-Sede da Polícia Federal, Asa Sul, Brasília/DF, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas.
152. O Edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **www.comprasnet.gov.br** e **www.dpf.gov.br**.
153. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço, dias e horário constantes do item 149.
154. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.
155. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
156. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de Brasília-DF . Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília/DF, de de 2013.

Ordenador de Despesas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 É OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual aquisição de suprimentos de informática, para atender às necessidades das Unidades Centralizadas do Departamento de Polícia Federal, sem autonomia financeira, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA IMPRESSORA	QTD	VALOR UNITÁRIO
01	Cartucho toner para impressora Samsung CLT-3305W, referência do cartucho CLT-K406S, preto.	CLT 3305 W	4	21
02	Cartucho toner para impressora Lexmark E352DN, referência do cartucho E350, preto.	E352 DN	8	14
03	Cartucho toner para impressora HP laserjet 4250N, referência do cartucho Q5942A HP. Para 10.000 páginas	HP LASERJET 4250 N	76	38
04	Cartucho toner para impressora HP laserjet 4350N, referência do cartucho Q5942A HP.	HP LASERJET 4350 N	20	38
05	Cartucho toner para impressora HP laserjet 1320N, referência do cartucho Q5949A HP. Para 2500 páginas	HP LASERJET 1320 N	76	69
06	Cartucho toner para impressora HP laserjet 1200, referência do cartucho C7115X HP. Preto	HP LASERJET 1200 N	60	19
07	Cartucho toner para impressora HP laser 1300, referência do cartucho Q2613X.	HP 1300	12	16
08	Cartucho toner para impressora HP 3535, referência do cartucho C8727AB HP (preto)	HP 3535	12	90
09	Cartucho toner para impressora HP 3535, referência do cartucho C8728AB (color)	HP 3535	12	90
10	Cartucho toner para impressora HP C 4280, referência do cartucho 74XL 25ml (preto)	HP C 4280	4	87
11	Cartucho toner para impressora HP C 4280, referência do cartucho 75 XL 14ml (color).	HP C 4280	4	80



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

12	Cartucho toner para impressora HP multifuncional laser color 1312NFI, referência do cartucho CB540AB HP(preto)	HP COLOR CM 1312 NFI	8	95
13	Cartucho toner para impressora HP multifuncional laser color 1312NFI, referência do cartucho CB543AB HP(magenta)	HP COLOR CM 1312 NFI	8	95
14	Cartucho toner para impressora HP multifuncional laser color 1312NFI, referência do cartucho CB542AB HP(amarelo)	HP COLOR CM 1312 NFI	8	95
15	Cartucho toner para impressora HP multifuncional laser color 1312NFI, referência do cartucho CB541AB(ciano)	HP COLOR CM 1312 NFI	8	89
16	Cartucho toner para impressora HP desk advantage 5525, referência do cartucho HP 670XL(preto)CZ117AB.	HP DESK ADVANTAGE 5525	4	75
17	Cartucho toner para impressora HP desk advantage 5525, referência do cartucho HP670XL (ciano) CZ118AB.	HP DESK ADVANTAGE 5525	4	75
18	Cartucho toner para impressora HP desk advantage 5525, referência do cartucho HP 670XL, CZ120AB HP(amarelo).	HP DESK ADVANTAGE 5525	4	75
19	Cartucho toner para impressora HP desk advantage 5525, referência do cartucho HP 670XL (magenta) CZ119AB HP.	HP DESK ADVANTAGE 5525	4	75
20	Cartucho toner para impressora HP laserjet 2600N, referência do cartucho (amarelo) q6002a HP	HP COLOR LASERJET 2600 N	12	15
21	Cartucho toner para impressora HP laserjet 2600N, referência do cartucho (ciano) q6001a HP.	HP COLOR LASERJET 2600 N	12	19
22	Cartucho toner para impressora HP laserjet 2600N, referência do cartucho q6003a HP(magenta).	HP COLOR LASERJET 2600 N	12	18
23	Cartucho toner para impressora HP laserjet 2600N, referência do cartucho q6000a HP(preto).	HP COLOR LASERJET 2600 N	12	15
24	Cartucho toner impressora HP E-Jet 5550, referência do cartucho HP 56 preto 19,5ml C6656AB.	HP COLOR E-JET 5550 DN	8	46
25	Cartucho toner impressora HP E-Jet 5550, referência dos cartuchos HP 57 color C6657AB.	HP COLOR E-JET 5550 DN	8	57
26	Cartucho toner impressora HP Deskjet 3650, referência do cartucho HP 27 preto 11ml C8727AB.	HP DESKJET 3650	4	44
27	Cartucho toner impressora HP Deskjet 3650, referência do cartucho HP 28 color 9ml	HP DESKJET 3650	4	57



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

	C8728AB.			
28	Cartucho toner impressora HP Deskjet 1220, referência do cartucho HP 45 preto 21ml 51645gl.	HP DESKJET 1220	4	32
29	Cartucho toner impressora HP Deskjet 1220, referência dos cartuchos HP 78 color 19ml c6578dl.	HP DESKJET 1220	4	17
30	Cartucho toner impressora HP Deskjet F4180, referência do cartucho HP 21XL preto 12ml C9351CL.	HP DESKJET F 4180	4	11
31	Cartucho toner impressora HP Deskjet F4180, referência dos cartuchos HP 22XL tricolor 11ml C9352CL.	HP DESKJET F 4180	4	11
32	Cartucho toner para impressora HP 3390, referência dos cartuchos Q5949x. Preto. 6.000 paginas.	HP LASERJET 3390	4	23
33	Cartucho toner para impressora HP 3050, referência do cartucho 12A	HP LASERJET 3050	4	68
34	Cartucho toner impressora HP Laser 1018, referência do cartucho Q2612AB, preto.	HP LASERJET 1018	4	16
35	Cartucho toner impressora HP Laser 1020, referência do cartucho Q2612AB, preto.	HP LASERJET 1020	4	16
36	Cartucho toner impressora HP Laserjet P3005 DN, referência do cartucho Q7551X, preto.	HP LASERJET P 3005 DN	8	47
37	Cartucho toner impressora HP P 2015 Laser, referência do cartucho Q7553AB, preto.	HP P 2015 LASER	4	26
38	Cartucho toner impressora HP Multifuncional OfficeJet OJ 4660, referência do cartucho HP 90 preto CC654AB.	HP OFFICEJET OJ 4660	8	57
39	Cartucho toner impressora HP Multifuncional OfficeJet OJ 4660, referência dos cartuchos HP901 tricolor CC656AB.	HP OFFICEJET OJ 4660	8	71
40	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC1410, referência do cartucho HP 21 preto 7ml C9351AB.	HP PSC 1410	16	38
41	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC1410, referência dos cartuchos HP22 color 6ml C9352AB.	HP PSC 1410	16	51
42	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC1411, referência do cartucho HP 21 preto 7ml C9351AB.	HP PSC 1411	4	38



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

43	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC1411, referência do cartucho HP22 color 6ml C9352AB.	HP PSC 1411	4	51
44	Cartucho toner impressora HP Multifuncional Photosmart C4480, referência do cartucho HP 74XL preto 20ml CB336WB.	HP PHOTO SMART C 4480	4	87
45	Cartucho toner impressora HP Multifuncional Photosmart C4480, referência do cartucho HP75XL color 17ml CB338WB.	HP PHOTO SMART C 4480	4	80
46	Cartucho toner impressora HP Multifuncional Photosmart C3180, referência do cartucho HP 92 color 5ml C9361WL.	HP PHOTO SMART C 3180	4	40
47	Cartucho toner impressora HP Multifuncional Photosmart C3180, referência do cartucho HP 93 preto 5ml C9362WL.	HP PHOTO SMART C 3180	4	52
48	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC 750, referência do cartucho HP 15 preto 14ml C6615NL.	HP PSC 750	4	52
49	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC 750, referência do cartucho HP 78 color 19ml C6578DL.	HP PSC 750	4	10
50	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC 1510, referência do cartucho HP 92 preto 5ml C9362WL.	HP PSC 1510	4	52
51	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC 1510, referência do cartucho HP 93 color 5ml C9361WL.	HP PSC 1510	4	40
52	Cartucho/Toner para impressora Samsung ML 3561 ND, referência do toner cartucho p/ Samsung ML-3560, 3561N, ML-3562W. Para 6.000 cópias. Preto.	Samsung ML-3560, 3561N, ML-3562W	120	25
53	Cartucho/Toner para impressora Samsung ML 2551N, referência do toner modelo ML2550 DA. Preto.	SAMSUNG ML 2551 N	4	31
54	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC 1210, referência do cartucho HP 56 preto 19,5 ml C6656AB.	HP PSC 1210	4	60
55	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC 1210, referência do cartucho HP 57 color 17 ml C6657AB.	HP PSC 1210	4	10
56	Cartucho toner impressora Canon MP 190, referência do toner, cartucho PG30(preto) 11ml.	CANON MP 190	4	55



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

57	Cartucho toner impressora Canon MP 190, referência do toner, cartucho CL31(color) 09ml.	CANON MP 190	4	70
58	Cartucho toner impressora Multifuncional Laser Samsung SCX6345n, referência do cartucho SCX-R6345A	SCX 6345 N	4	37
59	Cartucho toner impressora Multifuncional Laser Samsung SCX4828, referência do cartucho SCX4828A. Preto.	SCX 4828	4	26
60	Cartucho toner impressora Multifuncional Laser Samsung SCX5530N, referência do cartucho SCX-D5530B, preto.	SCX 5530 N	212	12
61	Cartucho toner impressora SCX5835Fn, referência do cartucho/toner Samsung Mlt-d208l. Preto	SCX 5835 FN	750	29
62	Cartucho toner impressora Multifuncional Laser Samsung SCX-D6345N, referência do cartucho SCX-D6345A, preto.	SCX 6345 A	4	37
63	Cartucho toner impressora XEROX Workcenter 6605, referência do cartucho 106R02233 High Capacity Cyan(ciano).	XEROX WORKCENTER 6605 DN	48	21
64	Cartucho toner impressora XEROX Workcenter 6605, referência do cartucho 106R02234 High Capacity Magenta(magenta).	XEROX WORKCENTER 6605 DN	48	21
65	Cartucho toner impressora XEROX Workcenter 6605, referência do cartucho 106R02235 High Capacity Yellow (amarelo).	XEROX WORKCENTER 6605 DN	48	21
66	Cartucho toner impressora XEROX Workcenter 6605, referência do cartucho 106R02236 High Capacity Black (preto).	XEROX WORKCENTER 6605 DN	48	21
67	Cartucho toner plotter HP Designjet T 1100 PS, C9370A	PLOTTER HP DESIGNET T 1100 PS	3	22
68	Cartucho toner plotter HP Designjet T 1100 PS, C9373A	PLOTTER HP DESIGNET T 1100 PS	3	22
69	Cartucho toner plotter HP Designjet T 1100 PS, C9372A	PLOTTER HP DESIGNET T 1100 PS	3	22
70	Cartucho toner plotter HP Designjet T 1100 PS, C9371A	PLOTTER HP DESIGNET T 1100 PS	3	21
71	PRINTHEAD para plotter HP Designjet T 1100 PS 72C9384A	PLOTTER HP DESIGNET T 1100 PS	1	68
72	PRINTHEAD para plotter HP Designjet T 1100 PS 72C9380A	PLOTTER HP DESIGNET T 1100 PS	1	68



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

73	PRINTEAD para plotter HP Designjet T 1100 PS 72C9383A	PLOTTER HP DESIGNJET T 1100 PS	1	68
TOTAL				

- 1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 1.3 Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais . CATMAT do SIASG.
- 1.4 Os bens deverão ter prazo de garantia mínimo de 12 (doze) meses, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior.
- 1.5 Com exceção do item 61, os materiais deverão ser compatíveis com as respectivas impressoras, podendo ser originais ou similares (de acordo com as descrições e especificações contidas nas tabelas anteriores), para primeiro uso e não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos recarregados, reconicionados e reciclados. Somente serão aceitos similares se estes mantiverem a capacidade de imprimir a mesma qualidade e quantidade de cópias dos originais.
- 1.6 Para o item 61 (toner para impressora samsung SCX 5835) somente será aceito toner original da fabricante da impressora, haja vista que os equipamentos encontram-se no período de garantia.

2 É JUSTIFICATIVA

2.1 - A aquisição dos materiais nas especificações e quantidades constantes deste Termo de Referência tem como objetivo atender as necessidades de consumo, por um período aproximado de doze meses, mantendo o estoque regular no Almoxarifado/DMAT/COAD/DLOG/DPF;

2.2 - A quantidade a ser adquirida levou em consideração as solicitações das unidades centralizadas, sem autonomia financeira, nos doze meses que antecedem este Termo de Referência, bem como, aquisições recentes de máquinas de impressão.

3 É CLASSIFICAÇÃO DOS BENS



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

3.1 . Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto 5.450, de 2005.

4 - MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1 - O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, com prazo de entrega não superior a 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, ou da assinatura do contrato, se for o caso.

4.2 - Os bens deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado/DMAT/COAD, localizado no Setor Policial Sul, Quadra 7 lote 23, no horário das 08:30 às 11:30 e das 14:30 às 17:30h, de segunda a sexta-feira.

5 - AVALIAÇÃO DO CUSTO

5.1 - O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 422.736,34 (quatrocentos e vinte e dois mil setecentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos), conforme planilha estimativa constante no item 1.1.

5.2 - O custo estimado foi apurado a partir de pesquisa de preços realizada no site banco de preços, que segue juntada ao processo.

6 - RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 - Os bens serão recebidos:

- a. provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.**
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 20 (vinte) dias úteis do recebimento provisório.**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

6.1.1 É Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2 É A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6.3 - O recebimento de material no valor superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

7 É DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas pelo Fiscal a ser designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa contratada.

7.2. O pagamento somente será efetuado após o Í atestoÍ , pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

7.2.1.O Í atestoÍ fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

7.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à Empresa enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de aplicação de penalidade ou em decorrência de inadimplência.

7.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 7.6. A nota fiscal ou fatura discriminativa deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, constatada através de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Em não sendo possível essa consulta, por impossibilidade de acesso ao sistema, poderá haver a comprovação mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/1993.
- 7.7. Ainda antes de cada pagamento, serão consultados o CADIN e o sítio do Tribunal Superior do Trabalho, para emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 7.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
 - 7.8.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação à suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6.º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 7.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 7.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 7.12. As faturas contendo incorreções serão devolvidas à Empresa, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações.
- 7.13. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Empresa, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos art. 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.
- 7.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1- A Contratada obriga-se a:

- 8.1.1 - Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 8.1.2 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.4 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze), o produto com avarias ou defeitos;
- 8.1.5 A retirada e a substituição dos materiais defeituosos e/ou por qualquer outro motivo, no Setor de Almojarifado/DMAT/COAD/DLOG, serão custeadas exclusivamente pelo fornecedor;
- 8.1.6 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 8.1.7 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

- 8.1.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.9 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 8.1.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.11 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9 É OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A Contratante obriga-se a:

- 9.1.1 Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 9.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 9.1.4 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10 É DA AMOSTRA

- 10.1 O pregoeiro, a qualquer tempo da licitação, **poderá** solicitar **AMOSTRA de quaisquer materiais** para dirimir dúvidas, mediante a análise do material solicitado, caso em que a licitante primeira classificada para cada grupo, a critério da Pregoeira, deverá apresentar no prazo máximo de 08 (oito) dias consecutivos, **02 (duas) unidades de amostra do toner/cartucho**, contado da data da sessão pública virtual, desde que não haja comunicação do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

- Pregoeiro de data diversa, AMOSTRA (S) DE QUALQUER DOS ITENS OBJETO DO CERTAME, para verificar se estes atendem às especificações contidas neste Termo de Referência e aos requisitos de qualidade previstos neste Edital e nas normas técnicas de qualidade.
- 10.2 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.
- 10.3 As amostras aprovadas permanecerão em poder do Setor de Almoxarifado (SEAL/DMAT/COAD) para confrontação quando da entrega dos materiais entregues definitivamente.
- 10.4 As amostras reprovadas deverão ser retiradas em até 08 (oito) dias úteis, após a divulgação do resultado da licitação;
- 10.5 A não retirada da amostra no prazo fixado acima será presumida como renúncia do licitante ao objeto, que poderá ser doado ou descartado pelo SEAL/DMAT/COAD, sem gerar ao licitante direito à indenização.
- 10.6 A(s) amostra(s) solicitada(s) deverá(ão) ser encaminhada(s), sem ônus para a Coordenação de Administração, e entregues no Setor de Almoxarifado . SEAL/DMAT/COAD/DLOG/DPF, localizado no Setor Policial Sul, Quadra 7, Lote 23, Brasília-DF, , devidamente identificados com o nome da empresa licitante, número do grupo e item, bem como da licitação a que se refere.
- 10.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 10.8 As amostras serão submetidas a análise e testes, a serem realizados pela área técnica, visando à avaliação dos requisitos de qualidade e a sua compatibilidade com os equipamentos;
- 10.9 Os testes aos quais serão submetidas as amostras dar-se-ão da seguinte forma:
- 10.9.1 **Serão fornecidas** 2 (duas) unidades de amostra do Toner fornecidas serão testadas em 2 (duas) impressoras distintas cada, sendo impressas 50 (cinquenta) páginas por impressora;
- 10.9.2 Do total de 200 (duzentas) páginas impressas, apenas 10 (dez), ou seja, 5% (cinco por cento), poderão apresentar desvios;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

- 10.9.3 Serão considerados desvios: falhas de impressão, borrão, manchas, caracteres apagados, riscos de impressão e vazamento, lacres violados, junções de acabamento danificados, rachaduras e adulterações de numeração de referência;
- 10.9.4 No caso de fornecimento de suprimento não original, a qualidade mínima admitida será a mesma apresentada em impressão, na mesma impressora, utilizando-se um cartucho original.
- 10.9.5 Os testes de conformidade das amostras encaminhadas poderão ser acompanhados por representante da empresa. A data e o horário dos testes serão informados à empresa, pelo setor responsável, **com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas úteis de sua realização;**
- 10.9.6 A análise e os testes necessários serão finalizados **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento das amostras**, após os quais, se verificada a conformidade do material, será dada continuidade à aquisição;
- 10.9.7 Caso as amostras sejam reprovadas, a empresa licitante deverá recolher os cartuchos toners enviados ao Serviço de Almojarifado no prazo de (15) quinze dias consecutivos, após esse prazo os itens reprovados serão descartados.
- 10.10 O ônus do envio das amostras e de sua retirada do Serviço de Almojarifado, caso ocorra reprovação - ônus relativo aos custos dos cartuchos utilizados nos testes e aos custos do transporte - será de total responsabilidade da licitante.
- 10.11 A aceitação da proposta comercial e a análise da condição habilitatória ficarão condicionadas à aprovação das características qualitativa e de compatibilidade da amostra fornecida.
- 10.12 Será considerada aprovada a amostra que atender aos seguintes critérios:
- 10.12.1 Atendam às especificações contidas no Edital e Termo de Referência;
- 10.12.2 Possuam requisitos de qualidade previstos no Edital, neste Termo de Referência e nas normas técnicas de qualidade.
- 10.13 Será rejeitada a amostra que:
- 10.13.1 apresentar problemas de funcionamento durante a análise técnica;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

- 10.13.2 apresentar divergência em relação às especificações técnicas da proposta;
- 10.14 Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.
- 10.15 A apresentação de laudos técnicos, emitidos por laboratório/entidade/instituto especializado, de reconhecida idoneidade e competência, pertencente a órgão da Administração Pública ou por ele credenciado, com acreditação do INMETRO, vinculado à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE), com escopo de acreditação na norma ABNT/NBR, poderá substituir o envio de amostras, desde que os ensaios comprovados no laudo atestem a situação da similaridade do produto com relação ao original em termos de bom funcionamento, qualidade, desempenho, consumo de toner e rendimento.

11 - MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12 - CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 12.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- 12.1.1 - O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
- 12.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

12.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13 É DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

13.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

13.1.2. Apresentar documentação falsa;

13.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

13.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.6. Cometer fraude fiscal;

13.1.7. Fizer declaração falsa;

13.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

13.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

13.2.2. Multa:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

- 13.2.3. Moratória de até 0,2% (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 13.2.4. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
- 13.2.5. Suspensão de licitar e de contratar com o Departamento de Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos;
 - 13.2.5.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011-DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011-DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1.ª Câmara do TCU.
- 13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que publicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
- 13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas nos subitens anteriores, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
 - 13.4.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
 - 13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

- pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 13.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 13.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 13.9.1. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela Contratante.

14 - DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 14.1 A Empresa deverá observar o disposto no art. 5º, inciso III, da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.**
- 14.2 O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pelo DPF ao órgão de fiscalização do Município, Estado ou da União.**

Brasília-DF, 11 de novembro de 2013.

GERALDO MARCELO A. SANTOS
Agente Administrativo . Mat. 4121
Chefe do SEAL/DMAT/COAD



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*



[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

APROVO o presente Termo de
Referência conforme o disposto
no Art. 9º do Dec. 5450/2005

Em, ____/____/ 2013.

Diretor da DLOG/DPF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

MINUTA - ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **XXXX/XXXX**

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2013

PROCESSO Nº 08200.013009/2013-69

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** de **XXXX**, a União, por intermédio do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, com sede no SAUS, Qd. 06, Lts. 09/10, Asa Sul, Brasília-DF, inscrito no CNPJ n.º 00.394.494/0014-50, neste ato representado pelo servidor FERNANDO DURAN POCH, Delegado de Polícia Federal, Diretor de Administração e Logística Policial, Ordenador de Despesas nomeado pela Portaria n.º 3364/2013-DG/DPF, de 25 de março de 2013, publicada no Boletim de Serviço n.] 080, de 26 de abril de 2013, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas;

Nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, da Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto n.º 7.892, de 2013; do Decreto n.º 3.555, de 2000; do Decreto n.º 5.450, de 2005; do Decreto n.º 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º **xx/2013**, conforme Ata publicada em **XX/XX/XXXX** e homologada pelo **XXXX**;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ sob o n.º **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade n.º **XXXX** e CPF n.º **XXXX**, cuja proposta foi classificada em **XX** lugar no certame.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo ao disposto no art. 11 do Decreto 7.892/2013, também integram a presente Ata de Registro de Preços, para fins de cadastro de reserva, os seguintes fornecedores, que, conforme registrado no ComprasNet, aceitaram cotar os serviços com preços iguais ao da empresa qualificada acima:

- 1) Empresa **xxxx**, inscrita no CNPJ sob o número **xxx**, com sede na **xxx**, CEP **xxxx**, no Município de **xxxxx**, neste ato representada pelo(a) Sr(a) **xxxx**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **xxxx** e CPF n.º **xxxx**, cuja proposta foi classifica em **xxx** lugar no certame.
- 2) Empresa **xxxx**, inscrita no CNPJ sob o número **xxx**, com sede na **xxxx**, CEP **xxxx**, no Município de **xxxxx**, neste ato representada pelo(a) Sr(a) **xxxx**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **xxxx** e CPF n.º **xxxx**, cuja proposta foi classifica em **xxx** lugar no certame.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O objeto desta Ata é o registro de preços para eventual aquisição de suprimentos de impressoras (cartuchos, toners), visando atender às necessidades das Unidades Centralizadas do Departamento de Polícia Federal, sem autonomia financeira, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência e quantidade estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO

- 1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



GOVERNO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2. O órgão gerenciador será o Departamento de Polícia Federal . Coordenação de Administração e Logística . COAD/DLOG, UASG 200334;

2.1. Serão Participantes os seguintes órgãos:

2.1.1. Xxxxx;

2.1.2. Xxxxx.

3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº ° 7.892, de 2013, e na Lei nº 8.666, de 1993.

4. As adesões a ata de registro de preços **não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo** de cada item registrado pelo Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participante que aderirem.

5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

6. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

7. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

8. Todos os Órgãos, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº ° 7.892, de 2013.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10. Os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, devendo, ainda, obedecer à disciplina do Decreto nº 7.892/2013.

11. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

12.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

12.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

12.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

13. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

13.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

13.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá:

14.1. Revogar a Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. nos termos do art. 19, parágrafo único, do Decreto 7.892/2013; ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

14.2. Aplicar o art. 65, II, alínea ~~VI~~, da Lei 8.666/93, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, restando ao órgão gerenciador da Ata a responsabilidade de promover as necessárias negociações junto aos seus detentores, respeitando a ordem de classificação.

15. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

16. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

17. É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Cláusula.

18. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial da União.

19. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

20. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO



GOVERNO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

21. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

21.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

21.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

21.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

21.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput+ do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, ou no artigo 7.º da Lei 10.520, de 2002.

21.5. Por razões de interesse público.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

22. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

23. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

24. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 7.892, de 2013).

25. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

25.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

26. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta *on line* ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como emitirá a Certidão de Débitos Trabalhistas e consultará o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

27. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

28. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

29. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

30. Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente.

31. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

32. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

33. A Contratada obriga-se a:

33.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

33.2. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

33.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

33.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze), o produto com avarias ou defeitos;

33.5. A retirada e a substituição dos materiais defeituosos e/ou por qualquer outro motivo, no Setor de Almoxarifado/DMAT/COAD/DLOG, serão custeadas exclusivamente pelo fornecedor;

33.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

33.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

33.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

33.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

33.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

33.11. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

34. A Contratante obriga-se a:

34.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

34.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

34.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

34.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

35. Os bens serão recebidos:

35.1. provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

35.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 20 (vinte) dias úteis do recebimento provisório.

36. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

37. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

38. O recebimento de material no valor superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

39. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas pelo Fiscal a ser designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa contratada.

40. O pagamento somente será efetuado após o ~~at~~ ^{atesto}, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

41. O ~~at~~ ^{atesto} fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

42. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

(cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

43. Nenhum pagamento será efetuado à Empresa enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de aplicação de penalidade ou em decorrência de inadimplência.
44. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
45. A nota fiscal ou fatura discriminativa deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, constatada através de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Em não sendo possível essa consulta, por impossibilidade de acesso ao sistema, poderá haver a comprovação mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/1993.
46. Ainda antes de cada pagamento, serão consultados o CADIN e o sítio do Tribunal Superior do Trabalho, para emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
47. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
 - a. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação à suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6.º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
48. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

49. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
50. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
51. As faturas contendo incorreções serão devolvidas à Empresa, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações.
52. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Empresa, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos art. 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.
53. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

42. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

a. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

43. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

44. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

45. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

- a. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;
- b. Apresentar documentação falsa;
- c. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- e. Comportar-se de modo inidôneo;
- f. Cometer fraude fiscal;
- g. Fizer declaração falsa;
- h. Ensejar o retardamento da execução do certame.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

46. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b. Multa;
- c. Moratória de até 0,2% (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
- d. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
- e. Suspensão de licitar e de contratar com o Departamento de Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos;
 - e.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011-DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011-DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1.ª Câmara do TCU.
- f. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- g. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que publicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

47. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

48. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas nos subitens anteriores, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

- b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
49. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
50. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
51. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- a. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
52. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
53. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- a. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela Contratante.

CLÁUSULA CATORZE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

54. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
55. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº xx/2013** e a proposta da empresa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

56. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
57. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Seção Judiciária de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro.

Brasília-DF, de de 2013.

Representante do Órgão

Representante da Empresa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ/DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 08200.013009/2013-69

CONTRATO Nº XX/2013

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE
CARTOLINA EM CELULOSE VEGETAL,
COR AZUL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, E
A EMPRESA _____.

A UNIÃO, por meio do Departamento de Polícia Federal, com Sede em Brasília/DF, instalado em seu Edifício Sede, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lotes 09 e 10, inscrito no CNPJ sob o número 00.394.494/0014-50, órgão do Ministério da Justiça, neste ato representado por seu Ordenador de Despesas, **FERNANDO DURAN POCH**, CPF 052.521.628-67 e C.I 11.795.709-SSP/SP, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 3364/2013-DG/DPF, de 25 de março de 2013, do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, residente e domiciliado nesta Capital, e a empresa _____, estabelecida à _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato designada simplesmente CONTRATADA e representada pelo Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº _____, resolvem firmar o presente CONTRATO decorrente do Pregão Eletrônico-SRP nº ___/2013 - CPL/DICON/COAD, com base na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 (Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns), pelos Decretos nº. 5.450, de 31 de maio de 2005 (Regulamenta o Pregão, na forma eletrônica), 6.204 de 05 de setembro de 2007 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as MEs, e EPPs) e 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Preços), pela Lei Complementar nº. 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP), Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens); IN 02/2009-SLTI (Estabelece a obrigatoriedade de apresentação de Declaração de Elaboração Independente de proposta em procedimentos licitatórios); Medida Provisória nº 495/2010 (altera as Leis nº 8.666/1993, 8.958/1994 e 10.973/2004 e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273/2006) e pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 (Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos), bem como pela legislação pertinente, na forma que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.7- Aquisição de suprimentos de informática, para atender às necessidades das Unidades Centralizadas do Departamento de Polícia Federal, sem autonomia financeira, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA IMPR SSOR	QTI	VALOR UN ÁR O	VALOR
01	Cartucho toner para impressora Samsung CLT-3305W, referência do cartucho CLT-K406S, preto.	CLT 3305 W	4		
02	Cartucho toner para impressora Lexmark E352DN, referência do cartucho E350, preto.	E352 DN	8		
03	Cartucho toner para impressora HP laserjet 4250N, referência do cartucho Q5942A HP. Para 10.000 páginas	HP LASERJET 4250 N	76		
04	Cartucho toner para impressora HP laserjet 4350N, referência do cartucho Q5942A HP.	HP LASERJET 4350 N	20		
05	Cartucho toner para impressora HP laserjet 1320N, referência do cartucho Q5949A HP. Para 2500 páginas	HP LASERJET 1320 N	76		
06	Cartucho toner para impressora HP laserjet 1200, referência do cartucho C7115X HP. Preto	HP LASERJET 1200 N	60		
07	Cartucho toner para impressora HP laser 1300, referência do cartucho	HP 1300	12		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

	Q2613X.				
08	Cartucho toner para impressora HP 3535, referência do cartucho C8727AB HP(preto)	HP 3535	12		
09	Cartucho toner para impressora HP 3535, referência do cartucho C8728AB (color)	HP 3535	12		
10	Cartucho toner para impressora HP C 4280, referência do cartucho 74XL 25ml(preto)	HP C 4280	4		
11	Cartucho toner para impressora HP C 4280, referência do cartucho 75 XL 14ml(color).	HP C 4280	4		
12	Cartucho toner para impressora HP multifuncional laser color 1312NFI, referência do cartucho CB540AB HP(preto)	HP COLOR CM 1312 NFI	8		
13	Cartucho toner para impressora HP multifuncional laser color 1312NFI, referência do cartucho CB543AB HP(magenta)	HP COLOR CM 1312 NFI	8		
14	Cartucho toner para impressora HP multifuncional laser color 1312NFI, referência do cartucho CB542AB HP(amarelo)	HP COLOR CM 1312 NFI	8		
15	Cartucho toner para impressora HP multifuncional laser color 1312NFI, referência do cartucho CB541AB(ciano)	HP COLOR CM 1312 NFI	8		
16	Cartucho toner para impressora HP desk advantage 5525, referência do cartucho HP 670XL(preto)CZ117AB.	HP DESK ADVANTAGE 5525	4		
17	Cartucho toner para impressora HP desk advantage 5525, referência do cartucho HP670XL (ciano) CZ118AB.	HP DESK ADVANTAGE 5525	4		
18	Cartucho toner para impressora HP desk advantage 5525, referência do cartucho HP 670XL, CZ120AB HP(amarelo).	HP DESK ADVANTAGE 5525	4		
19	Cartucho toner para impressora HP desk	HP DESK ADVANTAGE 5525	4		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

	advantage 5525, referência do cartucho HP 670XL (magenta) CZ119AB HP.				
20	Cartucho toner para impressora HP laserjet 2600N, referência do cartucho (amarelo) q6002a HP	HP COLOR LASERJET 2600 N	12		
21	Cartucho toner para impressora HP laserjet 2600N, referência do cartucho (ciano) q6001a HP.	HP COLOR LASERJET 2600 N	12		
22	Cartucho toner para impressora HP laserjet 2600N, referência do cartucho q6003a HP(magenta).	HP COLOR LASERJET 2600 N	12		
23	Cartucho toner para impressora HP laserjet 2600N, referência do cartucho q6000a HP(preto).	HP COLOR LASERJET 2600 N	12		
24	Cartucho toner impressora HP E-Jet 5550, referência do cartucho HP 56 preto 19,5ml C6656AB.	HP COLOR E-JET 5550 DN	8		
25	Cartucho toner impressora HP E-Jet 5550, referência dos cartuchos HP 57 color C6657AB.	HP COLOR E-JET 5550 DN	8		
26	Cartucho toner impressora HP Deskjet 3650, referência do cartucho HP 27 preto 11ml C8727AB.	HP DESKJET 3650	4		
27	Cartucho toner impressora HP Deskjet 3650, referência do cartucho HP 28 color 9ml C8728AB.	HP DESKJET 3650	4		
28	Cartucho toner impressora HP Deskjet 1220, referência do cartucho HP 45 preto 21ml 51645gl.	HP DESKJET 1220	4		
29	Cartucho toner impressora HP Deskjet 1220, referência dos cartuchos HP 78 color 19ml c6578dl.	HP DESKJET 1220	4		
30	Cartucho toner impressora HP Deskjet F4180, referência do cartucho HP 21XL preto 12ml C9351CL.	HP DESKJET F 4180	4		
31	Cartucho toner impressora HP Deskjet F4180, referência dos cartuchos HP 22XL tricolor 11ml C9352CL.	HP DESKJET F 4180	4		
32	Cartucho toner para impressora HP 3390, referência dos cartuchos	HP LASERJET 3390	4		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

	Q5949x. Preto. 6.000 paginas.				
33	Cartucho toner para impressora HP 3050, referência do cartucho 12A	HP LASERJET 3050	4		
34	Cartucho toner impressora HP Laser 1018, referência do cartucho Q2612AB, preto.	HP LASERJET 1018	4		
35	Cartucho toner impressora HP Laser 1020, referência do cartucho Q2612AB, preto.	HP LASERJET 1020	4		
36	Cartucho toner impressora HP Laserjet P3005 DN, referência do cartucho Q7551X, preto.	HP LASERJET P 3005 DN	8		
37	Cartucho toner impressora HP P 2015 Laser, referência do cartucho Q7553AB, preto.	HP P 2015 LASER	4		
38	Cartucho toner impressora HP Multifuncional OfficeJet OJ 4660, referência do cartucho HP 90 preto CC654AB.	HP OFFICEJET OJ 4660	8		
39	Cartucho toner impressora HP Multifuncional OfficeJet OJ 4660, referência dos cartuchos HP901 tricolor CC656AB.	HP OFFICEJET OJ 4660	8		
40	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC1410, referência do cartucho HP 21 preto 7ml C9351AB.	HP PSC 1410	16		
41	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC1410, referência dos cartuchos HP22 color 6ml C9352AB.	HP PSC 1410	16		
42	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC1411, referência do cartucho HP 21 preto 7ml C9351AB.	HP PSC 1411	4		
43	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC1411, referência do cartucho HP22 color 6ml C9352AB.	HP PSC 1411	4		
44	Cartucho toner impressora HP Multifuncional Photosmart C4480, referência do cartucho HP 74XL preto 20ml CB336WB.	HP PHOTO SMART C 4480	4		
45	Cartucho toner impressora HP Multifuncional Photosmart C4480, referência do cartucho HP75XL color 17ml	HP PHOTO SMART C 4480	4		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

	CB338WB.				
46	Cartucho toner impressora HP Multifuncional Photosmart C3180, referência do cartucho HP 92 color 5ml C9361WL.	HP PHOTO SMART C 3180	4		
47	Cartucho toner impressora HP Multifuncional Photosmart C3180, referência do cartucho HP 93 preto 5ml C9362WL.	HP PHOTO SMART C 3180	4		
48	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC 750, referência do cartucho HP 15 preto 14ml C6615NL.	HP PSC 750	4		
49	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC 750, referência do cartucho HP 78 color 19ml C6578DL.	HP PSC 750	4		
50	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC 1510, referência do cartucho HP 92 preto 5ml C9362WL.	HP PSC 1510	4		
51	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC 1510, referência do cartucho HP 93 color 5ml C9361WL.	HP PSC 1510	4		
52	Cartucho/Toner para impressora Samsung ML 3561 ND, referência do toner cartucho p/ Samsung ML-3560, 3561N, ML-3562W. Para 6.000 cópias. Preto.	Samsung ML-3560, 3561N, ML-3562W	120		
53	Cartucho/Toner para impressora Samsung ML 2551N, referência do toner modelo ML2550 DA. Preto.	SAMSUNG ML 2551 N	4		
54	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC 1210, referência do cartucho HP 56 preto 19,5 ml C6656AB.	HP PSC 1210	4		
55	Cartucho toner impressora HP Multifuncional PSC 1210, referência do cartucho HP 57 color 17 ml C6657AB.	HP PSC 1210	4		
56	Cartucho toner impressora Canon MP 190, referência do toner, cartucho PG30(preto) 11ml.	CANON MP 190	4		
57	Cartucho toner impressora Canon MP 190, referência do toner, cartucho CL31(color) 09ml.	CANON MP 190	4		
58	Cartucho toner impressora Multifuncional Laser	SCX 6345 N	4		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

	Samsung SCX6345n, referência do cartucho SCX-R6345A				
59	Cartucho toner impressora Multifuncional Laser Samsung SCX4828, referência do cartucho SCX4828A. Preto.	SCX 4828	4		
60	Cartucho toner impressora Multifuncional Laser Samsung SCX5530N, referência do cartucho SCX-D5530B, preto.	SCX 5530 N	212		
61	Cartucho toner impressora SCX5835Fn, referência do cartucho/toner Samsung Mlt-d208l. Preto	SCX 5835 FN	750		
62	Cartucho toner impressora Multifuncional Laser Samsung SCX-D6345N, referência do cartucho SCX-D6345A, preto.	SCX 6345 A	4		
63	Cartucho toner impressora XEROX Workcenter 6605, referência do cartucho 106R02233 High Capacity Cyan(ciano).	XEROX WORKCENTER 6605 DN	48		
64	Cartucho toner impressora XEROX Workcenter 6605, referência do cartucho 106R02234 High Capacity Magenta(magenta).	XEROX WORKCENTER 6605 DN	48		
65	Cartucho toner impressora XEROX Workcenter 6605, referência do cartucho 106R02235 High Capacity Yellow (amarelo).	XEROX WORKCENTER 6605 DN	48		
66	Cartucho toner impressora XEROX Workcenter 6605, referência do cartucho 106R02236 High Capacity Black (preto).	XEROX WORKCENTER 6605 DN	48		
67	Cartucho toner plotter HP Designjet T 1100 PS, C9370A	PLOTTER HP DESIGNJET T 1100 PS	3		
68	Cartucho toner plotter HP Designjet T 1100 PS, C9373A	PLOTTER HP DESIGNJET T 1100 PS	3		
69	Cartucho toner plotter HP Designjet T 1100 PS, C9372A	PLOTTER HP DESIGNJET T 1100 PS	3		
70	Cartucho toner plotter HP Designjet T 1100 PS, C9371A	PLOTTER HP DESIGNJET T 1100 PS	3		
71	PRINthead para plotter HP Designjet T 1100 PS	PLOTTER HP DESIGNJET T 1100	1		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

	72C9384A	PS			
72	PRINthead para plotter HP Designjet T 1100 PS 72C9380A	PLOTTER HP DESIGNJET T 1100 PS	1		
73	PRINthead para plotter HP Designjet T 1100 PS 72C9383A	PLOTTER HP DESIGNJET T 1100 PS	1		
TOTAL					

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão SRP nº XXXX/XXXX**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL

2.1 ó O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, com prazo de entrega não superior a 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, ou da assinatura do contrato, se for o caso.

2.2 ó Os bens deverão ser entregues no Setor de Almojarifado/DMAT/COAD, localizado no Setor Policial Sul, Quadra 7 lote 23, no horário das 08:30 às 11:30 e das 14:30 às 17:30h, de segunda a sexta-feira.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

- 3.1.1 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 3.1.2 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 3.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 3.1.4 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze), o produto com avarias ou defeitos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

- 3.1.5 A retirada e a substituição dos materiais defeituosos e/ou por qualquer outro motivo, no Setor de Almoxarifado/DMAT/COAD/DLOG, serão custeadas exclusivamente pelo fornecedor;
- 3.1.6 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 3.1.7 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 3.1.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.1.9 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 3.1.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 3.1.11 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 - A CONTRATANTE obriga-se a:

- 4.1.1 Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 4.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 4.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 4.1.4 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

5 CLÁUSULA QUINTA DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1 Os bens serão recebidos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

a. provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 20 (vinte) dias úteis do recebimento provisório.

5.1.1 ó Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2 ó A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

5.3 - O recebimento de material no valor superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

6 CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO

6.1 O valor do contrato é de R\$ **XXXX (XXXX)**.

6.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

7.1 Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de **03% (três por cento)** do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de **03 (três) dias** a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

7.2 A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b. Seguro-garantia; ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

c. Fiança bancária.

7.2.1 Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tal como a responsabilidade por multas.

7.3 No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.

7.4 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.5 A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

7.6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

7.8 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

7.9 Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

8 CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, a partir da publicação do extrato no Diário Oficial da União.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

9 CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas pelo Fiscal a ser designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa contratada.
- 9.2. O pagamento somente será efetuado após o ~~at~~ **atesto**, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.
- 9.2.1. O ~~at~~ **atesto** fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 9.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.4. Nenhum pagamento será efetuado à Empresa enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de aplicação de penalidade ou em decorrência de inadimplência.
- 9.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 9.6. A nota fiscal ou fatura discriminativa deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, constatada através de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

Em não sendo possível essa consulta, por impossibilidade de acesso ao sistema, poderá haver a comprovação mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/1993.

9.7. Ainda antes de cada pagamento, serão consultados o CADIN e o sítio do Tribunal Superior do Trabalho, para emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

9.8.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação à suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6.º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

9.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

9.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

9.12. As faturas contendo incorreções serão devolvidas à Empresa, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações.

9.13. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Empresa, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação das sanções administrativas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos art. 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

9.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA NONA. Do Equilíbrio Econômico e Financeiro

9.1 ó A Contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

9.2 ó A Contratada, quando for o caso, deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I ó a comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

II ó junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III ó a CONTRATANTE reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

9.3 ó Independentemente de solicitação a CONTRATANTE poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

9.4 ó As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 O suprimento adquirido será fiscalizado e atestado pelo fiscal indicado pela Divisão de Materiais - DMAT/COAD/DLOG/DPF, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/93.

12.2 A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

12.2.1 O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

12.3 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

13.1.1 As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

14.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

14.1.2. Apresentar documentação falsa;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

- 14.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 14.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
 - 14.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 14.1.6. Cometer fraude fiscal;
 - 14.1.7. Fizer declaração falsa;
 - 14.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.
- 14.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 14.3. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 14.4. Multa:
- 14.5. Moratória de até 0,2% (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 14.6. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
- 14.7. Suspensão de licitar e de contratar com o Departamento de Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos;
- 14.7.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011-DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011-DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1.ª Câmara do TCU.

14.8. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que publicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

14.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.11. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas nos subitens anteriores, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

14.12. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.13. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.14. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

14.17. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.18. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.20. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.21. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela Contratante.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

- I.** o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II.** o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III.** a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- IV.** o atraso injustificado no início do serviço;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

- V. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- VII. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- IX. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
- XI. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- XII. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- XIII. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- XIV. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- XV. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

XVI. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

XVII. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVIII. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

16.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

16.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

16.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

16.3.3. judicial, nos termos da legislação.

16.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

16.5.1. devolução da garantia;

16.5.2. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

16.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

16.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

16.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.7.3. Indenizações e multas.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA ó DA GARANTIA DO OBJETO

- 17.1. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais ó CATMAT do SIASG.
- 17.2. Os bens deverão ter prazo de garantia mínimo de 12 (doze) meses, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior.
- 17.3. Os materiais deverão ser compatíveis com as respectivas impressoras, originais ou similares (de acordo com as descrições e especificações contidas nas tabelas anteriores), para primeiro uso e não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos recarregados, reconicionados, reciclados ou falsificados, sob pena do afastamento do certame. Somente serão aceitos similares se estes mantiverem a capacidade de imprimir a mesma qualidade e quantidade de cópias dos originais.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto nº 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

20. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília/DF, / / .

FERNANDO DURAN POCH

Delegado de Polícia Federal

Diretor de Administração e Logística Policial- DLOG/DPF

Ordenador de Despesas da UG 200334

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF n°:

Identidade n°:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ É DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO B - MODELO DE PROPOSTA

Local/Data

Ao Departamento de Polícia Federal . DPF
Coordenação de Administração . COAD/DLOG/DPF
Comissão de Licitação

Ref. Pregão Eletrônico n.º xx/2013-COAD/DLOG/DPF

Atendendo à solicitação dessa Comissão de Licitação, tendo essa empresa se sagrado provisoriamente vencedora do GRUPO XXX, e em observância ao Edital do Pregão Eletrônico n.º xx/2013, encaminhamos a PROPOSTA COMERCIAL abaixo:

GRUPO XXX

Item	Especificações	Marca da Impressora	Quant.	Valor unitário	Valor Total
1					
2					

...

Validade da proposta:

Prazo de entrega:

Prazo de garantia:

NOME DA EMPRESA

CNPJ

Dados Bancários:

Telefone:

E-mail:

(Representante)



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*



[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**